

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Dilma agrada a Renan para evitar derrota de Fachin

Um dia antes de sabatina, presidente do Senado é convidado para viajar em avião presidencial

A presidente Dilma Rousseff decidiu agir para evitar a rejeição de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal. Ontem, na véspera da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Dilma convidou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), para acompanhá-la no voo a Joinville (SC), onde foi enterrado o senador Luiz Henrique da Silveira. O gesto foi visto como tentativa de reaproximação com Renan, que não tem escondido seu descontentamento. Dilma ligou para o peemedebista sugerindo que viajassem juntos e pediu que indicasse outros parlamentares para o avião presidencial. Assessoras da presidente acreditam que afagos como esse podem ajudar a amolecer o peemedebista não só para a aprovação de Fachin, mas também para o ajuste fiscal. Antes de Dilma tomar a dianteira da defesa de Fachin, o Planalto já mobilizara ministros e líderes aliados para a missão.

Advogado treina para sabatina

Durante uma hora e meia, Luiz Fachin recebeu treinamento sobre temas considerados "espinhosos".

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Candidato ao Supremo. Na véspera de o jurista passar pelo 1º teste no Congresso, presidente convida o senador para acompanhá-la em viagem a Joinville; gesto é visto como uma deferência ao peemedebista, que tem demonstrado descontentamento com o governo

Dilma tenta aproximação com Renan antes da sabatina de Fachin no Senado

Isadora Peron
Rafael Moraes Moura
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff decidiu agir para evitar a rejeição do nome de Luiz Edson Fachin para a vaga no Supremo Tribunal Federal. Ontem, na véspera da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Dilma convidou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), para acompanhá-la no voo a Joinville (SC), onde ocorreu a cerimônia de enterro do corpo do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) - que morreu anteontem.

O gesto foi visto como uma tentativa da petista de se reaproximar de Renan, que não tem escondido o seu descontentamento com o governo. Ontem, a presidente ligou pessoalmente para o peemedebista sugerindo que fossem juntos a Santa Catarina. Também pediu que Renan indicasse quais outros parlamentares ele gostaria que integrassem a comitiva que seria levada pelo avião presidencial.

Os dois viajaram na cabine presidencial acompanhados de

dois ministros do PMDB - Eduardo Braga (Minas e Energia) e Kátia Abreu (Agricultura). Em um bate-papo "ameno", Dilma e Renan falaram de alguns temas, entre eles o ajuste fiscal. Dilma teria dito que o pacote é apenas uma etapa para se retomar os investimentos. Dentro do avião, o assunto Fachin não foi mencionado, segundo relatos.

Para a equipe de Dilma, afagos como esse, mais do que palavras, podem ajudar a amolecer o peemedebista, não só para a aprovação do nome do jurista, como também para que as medidas de ajuste fiscal passem sem sobresaltos no Senado. Antes do gesto de Dilma, o Planalto já havia mobilizado ministros e líderes da base aliada na missão de defender Fachin. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, passou o fim de semana e o dia de ontem fazendo ligações a parlamentares.

Apesar de dizerem que não trabalham com um plano B, integrantes da coordenação política do governo avaliam que a aprovação de Fachin depende agora do desempenho e da capacidade que ele vai ter de convencer os senadores durante a sabatina.

Os ministros do Supremo são indicados pelo presidente da República e devem ter mais de 35 e menos de 65 anos. O aspirante, então, é sabatinado pela CCJ do Senado. Independentemente do resultado na comissão, ocorre a votação secreta em plenário. O mínimo para a aprovação é de 41 votos. O grupo que apoia Fachin vai pedir regime de urgência para que a votação em plenário aconteça ainda nesta semana. Há, porém, a sinalização de que Renan pretende deixar a decisão para a semana que vem.

CONTINUA

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Troca. Parlamentares da oposição estão preparando um verdadeiro arsenal para pressionar Fachin hoje na CCLJ. O PSDB decidiu trocar os membros titulares que compõem a comissão para garantir os votos contrários do partido na sabatina.

A decisão foi tomada após os senadores Aécio Neves (MG) e José Serra (SP), titulares da comissão, serem criticados por decidirem se ausentar da sabatina para viajar a Nova York e participar de uma homenagem ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os dois serão substituídos por Aloysio Nunes (SP) e Cassio Cunha Lima (PB).

O terceiro membro da legenda que fará parte do colegiado, porém, está em franca campanha por Fachin. Relator do processo na Casa, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um parecer favorável à aprovação do jurista. Gaúcho, Fachin fez carreira no Paraná e conquistou a simpatia do tucano, que governou o Estado. Na gestão do tucano, ele foi nomeado procurador do Estado, cargo que ocupou entre 1990 e 2006. Fachin tem sido acusado de atuar de maneira ilegal nesse período como advogado.

Na audiência, o jurista também será questionado sobre o fato de ter declarado voto em Dilma na campanha de 2010, sua ligação com o Movimento dos Sem Terra, e idéias consideradas progressistas em relação à família. / COLABORARAM ERICH DECAT,

RICARDO DELLA COLETTA, BEATRIZ BULLA E TALITA FERNANDES

CONTINUA

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Assuntos em pauta

Questionamento político

Movimentos sociais e PT
Luiz Fachin tem histórico de boa relação com movimentos sociais, o que deve motivar questionamentos na sabatina no Senado. Fachin foi apoiado pela CUT para integrar a Comissão Estadual da Verdade que funcionou no Paraná, Estado onde fez carreira. Artigo que publicou sobre direito de propriedade o aproximou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – ruralistas vão questioná-lo sobre isso. Em 2010, Fachin apareceu em vídeo postado na internet em que pede votos para Dilma Rousseff. Essa ligação com a petista também deve ser alvo de questionamento no Senado.

O que ele diz

Em vídeo publicado em um canal no YouTube, Fachin diz que não tem defendido posições radicais em sua trajetória. “Algumas intervenções pontuais que eu fiz não definem 35 anos de uma trajetória pautada pelo diálogo”, diz ele no vídeo. Segundo o jurista, “a propriedade é, como está no artigo 5.º da Constituição, um direito fundamental e, como tal, devemos obediência a esse comando constitucional”. Afirma ainda que “com serenidade e prudência” tem norteado sua vida, “e isso é incompatível com alguma radicalidade que podem tentar a mim atribuir.”



Questionamento jurídico

Atuação profissional

Outro tema da sabatina é o fato de Fachin ter exercido dupla atividade no Paraná de 1990 a 2006, quando ocupou cargo de procurador do Estado e atuou como advogado ao mesmo tempo. Parecer encomendado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) aponta irregularidade na prática, uma vez que Fachin foi nomeado procurador em 1990, após a edição da Constituição Estadual de 1989 que proíbe que procuradores exerçam a advocacia. Outro parecer técnico, porém, desta vez feito a pedido do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), diz que não há irregularidade porque a competência para legislar sobre profissões é federal e uma lei estadual não teria poder para impedir a dupla atividade. Diz ainda que a prática tem respaldo na Constituição Federal e no Estatuto da OAB.

CONTINUA

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O que ele diz

Em outro vídeo no YouTube, Fachin diz que não houve nenhuma irregularidade no período em que atuou como procurador e advogado. Afirma que foi aprovado em um concurso público em 1989, cujo edital se referia à lei complementar que permitia o exercício simultâneo da advocacia privada com a atividade de procurador. Argumenta que, embora tenha sido nomeado três meses após a Constituição do Estado do Paraná que proíbe a dupla atividade ter entrado em vigor – de onde surgiu a “controvérsia”, segundo ele –, o decreto da nomeação “foi feito de acordo com a lei que vigorava ao tempo da realização do concurso público e da abertura do edital”, ou seja, em 1989, antes da lei estadual. No mesmo vídeo, o jurista indicado ao Supremo Tribunal Federal por Dilma afirma que, após ser nomeado procurador do Estado, procurou o conselho da OAB do Paraná, que fez um “registro” em sua carteira profissional reconhecendo a legalidade do exercício das duas atividades de forma simultânea.

Questionamento moral

Poligamia

A ala mais conservadora do Senado quer questionar Fachin sobre temas ligados à família. O fato de ele, como advogado, defender a extensão de direitos como o pagamento de pensão alimentícia a amantes é visto como um incentivo à poligamia.

O que ele diz

Em outro vídeo, Fachin diz que “no direito brasileiro não há lugar para o reconhecimento da poligamia”. “A monogamia é uma estrutura jurídica e cultural que a sociedade e a ordem jurídica do Brasil optaram. Não sou a favor da poligamia, não defendo nenhuma desestruturação da família.” Ele afirma que, “em casos concretos, especialmente para defender a mulher, o Direito precisa dar proteção às pessoas, sem transformar exceção em regra”.

“Mas isso não significa superar os princípios básico da família.”

Advogado 'treina' com assessores de líder da base

Luiz Edson Fachin recebeu ontem treinamento da equipe de um líder de partido da base aliada – que pede para não ter o nome revelado. Entre as questões tratadas com o advogado estava um artigo publicado em 1986 sobre a reforma agrária no Brasil. Fachin sinalizou que adotará o discurso de que o contexto social da época era um e que hoje, é outro. Também foram passadas respostas sobre legalização do aborto e maioria penal. Sobre o primeiro item, o advogado afirmou que, “como cristão”, se posicionará contra. Em relação à redução da maioria, a tendência é ele mostrar prós e contras e ressaltar que a decisão cabe ao Congresso. Fachin foi orientado a dar respostas curtas, sem precisar citar a legislação ligada ao tema. Na saída da reunião, abordado pela reportagem, o jurista falou resumidamente sobre os temas polêmicos a que deverá responder na sabatina. “Vamos enfrentá-los.” / ERICH DECAT



CONTINUA

SUPREMO EM PAUTA: *Eloísa Machado e Rubens Glezer*

ESTADÃO

FGV DIREITO SP

Aumento da relevância da Corte impõe pressão sobre novos indicados

A relevância do Supremo Tribunal Federal no País se mede pelas grandes questões que foram ali decididas: foi no tribunal que casos polêmicos como união homossexual, aborto de fetos anencéfalos, demarcação de terras indígenas e quilombolas, financiamento de campanhas, infidelidade partidária, dentre outros, encontraram espaço e então ecoaram para toda a sociedade. Assim, sendo o STF um espaço cada vez mais relevante, nada mais natural que o processo de escolha dos ministros também ganhe atenção.

Dito isto, se parte dos ministros passou por um processo de escolha mais tranquilo, os últimos indicados têm sofrido maior questionamento, desde a escolha do nome pela Presidência da República até a sabatina e aprovação pelo Senado, como já ocorreu com Rosa Weber e Luís Barroso, sabatinados intensamente pelos senadores por horas. O ápice deste questionamento, no processo histórico de composição do STF, ocorre com Luiz Fachin, cuja vida pregressa, posições ideológicas e tendências de votação já têm sido fruto de intenso debate.

Se diversos pontos no processo de indicação a ministro geram desconforto, como a pouca participação e a possível influência da Presidência das República nas decisões da Corte, um parece se destacar: dentre os 27 senadores da comissão responsável pela sabatina, oito são atualmente investigados na Operação Lava Jato que tramita no STF, ou seja, possíveis réus de uma ação penal terão o poder de validar ou não a nomeação de seu eventual futuro juiz. Dada a importância do STF para o País e o peso que um voto de um ministro pode ter em um caso como a Lava Jato, essa possibilidade impõe à sabatina uma suspeita danosa para a confiança nas instituições e na democracia.

CONRADO
HÜBNER MENDES

Os vendedores da bala de prata

Eleitores em tempos de cólera excitam legisladores pré-democráticos. Parlamentares dessa estirpe ganharam saliência nesta legislatura. Tarados por simplificação, farejam oportunidades para atizar maiorias com medo e com raiva. Num país assim violento, nada seduz tanto quanto a promessa de soluções instantâneas contra o crime. Quando se provam falsas, porém, a eleição já passou, o político já se elegeu e o tempo esgarçou a memória. Responsabilidades se diluem, os problemas se agravam e o ciclo do autoengano recomeça.

Não surpreende, por isso, que o projeto de redução da maioria penal, antiga reação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, tenha saído da gaveta. Em momentos como esse, quando o sombrio horizonte nos força a resgatar a identidade política com a que nos comprometemos em 1988, nada como dar à proposta o benefício da dúvida. Levemos a ideia a sério: que razões justificam a redução da maioria penal de 18 para 16 anos?

A principal justificativa afirma que indivíduos de 16 anos têm discernimento para entender a gravidade dos seus atos e devem sujeitar-se às mesmas sanções que os adultos. Afinal, se jovens de 16 anos podem casar-se, trabalhar e até votar, por que não se sujeitam à responsabilidade criminal? Boa pergunta, mas não responde com o figado.

A segunda justificativa crê que a redução da maioria penal dissuadirá adolescentes de praticarem crimes. Espera-se, assim, que tal medida reduza a criminalidade.

Reduzir a maioria penal é uma grande homenagem à nossa ignorância voluntária

Enquanto a primeira justificativa tem natureza moral e psicossocial, a segunda é de caráter causal. Não só um jovem de 16 anos mereceria ser punido como adulto, mas seríamos ainda premiados com mais segurança. As duas premissas, porém, se equivocam: a primeira, por fazer a pergunta errada; a segunda, por sonegar as evidências empíricas que demonstram o contrário – a provável piora no índice de violência. Mais um debate, portanto, que vai muito mal.

O Direito brasileiro adotou uma das respostas mais arroçadas das democracias contemporâneas para lidar com o crime de adolescentes. O ECA não supõe que um menor de 18 anos não tenha consciência de seus atos nem o libera de sanções. Tanto que possibilita até a privação de liberdade. Faz uma aposta ambiciosa na ressocialização do adolescente por entender que, em sintonia com a pesquisa científica, no seu estágio de formação a recuperação é mais provável. E ainda que governos estaduais desrespeitem o ECA de muitas maneiras, o índice de reincidência de menores que saem da Fundação Casa consegue ser quase cinco vezes menor que o de ex-detentos.

Mas por que, no aniversário de 18 anos de um indivíduo, uma mudança tão brusca de regimes jurídicos? Por que, em função do acaso de algumas horas, tamanha diferença na consequência legal? Dar tratamentos penais diferenciados por

causa de uma linha temporal artificial incomoda a razão. A resposta a essa inquietação, contudo, parte de outra pergunta: qual seria a alternativa jurídica?

A alternativa seria o *casuismo* judicial: como a maturidade não evolui de modo reto e linear, caberia ao juiz determinar em que categoria jurídica um indivíduo se encaixa. Um indivíduo de 15 anos poderia, eventualmente, sofrer pena mais dura que um de 20. Cada caso é um caso. Essa solução não se compatibiliza com o Estado de Direito. Para evitar o risco de arbitrariedade discrepância entre decisões judiciais, preferimos os parâmetros estáveis da legislação. A solução etária é imperfeita, mas as alternativas são piores.

Quem ataca o corte etário aos 18 anos com base na premissa de maturidade é incoerente ao propor como alternativa outro corte etário igualmente artificial e com os mesmos vícios. E não há nada de contraditório na disparidade entre, de um lado, o critério etário de 16 anos para a cidadania civil ou eleitoral e, de outro, o de 18 para a responsabilização penal, pois os propósitos de cada um são diversos. A suposição de maturidade do adolescente, presente em ambas, não é só o que conta.

A opinião dos que lidam com o assunto é uníssona: todos os ministros de Direitos Humanos dos governos FHC, Lula e Dilma; inúmeros ministros e ex-ministros do STF; instituições como ONU, Unicef e Unesco; organizações como a Anistia Internacional e Conectas; criminólogos, do IBCCRIM ao Núcleo de Estudos da Violência. Dias atrás, na Faculdade de Direito da USP, a sociedade civil gritou junto com toda a elite jurídica paulista.

CONTINUA

12 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No entanto, a política brasileira continua pródiga em vendedores de balas de prata. Que aceitemos ser seus fiéis compradores só faz escancarar nosso déficit de aprendizagem coletiva. Vendem-se balas de prata para solucionar variados assuntos da vida pública. Mas em nenhum lugar ela é tão desoladora quanto na segurança, pois manipula nosso instinto mais elementar de sobrevivência. Esse é o trágico enredo dos capítulos passados e futuros da espiral de violência brasileira.

A bala de prata, munição certa e infalível, existe no folclore. Serve para matar lobisomem e outros bichos imaginários. Na política criminal, temos problemas mais espinhosos e demorados para enfrentar. Permanecem tão urgentes quanto intocados. São importantes demais para ficar na mão de mercadores do medo alheio, acionistas políticos da lucrativa indústria da segurança.

Estamos nos deixando enganar pelo velho golpe do direito penal express, disfarce quase universal para a desfaçatez política. Resta-nos a esperança de que a voz dos que se dedicam ao assunto se faça ouvir e tenhamos humildade para escutar antes de opinar. O barbarismo penal, policial e carcerário brasileiro não só viola direitos constitucionais, ele não nos entrega uma sociedade mais segura em troca. Entrega coisa muito pior, e nos afeta a todos (ainda que desigualmente). Reduzir a maioria penal é uma grande homenagem à nossa ignorância voluntária.

●
PROFESSOR DE DIREITO
CONSTITUCIONAL DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Beto vai a Brasília e engrossa apoio a Fachin

Ao lado de outras lideranças do Paraná, governador participa hoje da sabatina do jurista na CCJ do Senado; presidente Dilma tenta convencer Renan a aprovar indicação

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O governador Beto Richa (PSDB) deve participar hoje, ao lado de outras lideranças paranaenses, da sabatina de Luiz Edson Fachin na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) para o Supremo Tribunal Federal (STF), o jurista e professor de Direito, que apesar de gaúcho fez carreira no Paraná, depende da aprovação dos parlamentares para assumir a vaga deixada pelo ex-ministro Joaquim Barbosa, aposentado no ano passado.

Segundo a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu, Beto viajou na tarde de ontem a Joinville (SC), onde acompanharia o enterro do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), que morreu de infarto no domingo. De lá, pegaria um voo para Brasília, no começo da noite, acompanhado dos presidentes dos demais poderes

- Ademar Traiano (PSDB), da Assembleia Legislativa (AL), e Guilherme Luiz Gomes, do Tribunal de Justiça (TJ).

De acordo com o líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), o objetivo do grupo é desmistificar a ideia de que Fachin seria ligado ao PT. "Quem conhece o Fachin sabe muito bem que a militância dele é na área do Direito. Professor renomado, nunca fez política partidária e é uma das maiores inteligências jurídicas. Nós, paranaenses, temos essa obrigação (de defendê-lo) porque, se perdermos a chance de nomear um ministro do Supremo, nem daqui a 100 anos conseguiremos de novo", afirmou.

Até agora, senador Ivaro Dias (PSDB-PR) foi o único tucano da Casa a se posicionar favoravelmente à indicação feita por Dilma. O PMDB, legenda que comanda tanto o Senado como a Câmara, também defendia outros nomes. Pesa contra Fachin, ain-

da, um parecer divulgado pelo peemedebista Ricardo Ferraço (ES), segundo o qual a atuação concomitante do professor como advogado e procurador do Estado entre 1990 e 2006 seria ilegal. O jurista chegou a divulgar vídeos na internet, rebatendo essa e outras acusações, as quais chama de falsas, como as de que seria "contra a família" e contra a propriedade privada.

CONTINUA

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DILMA E RENAN

Preocupada com uma possível derrota do governo na aprovação de Fachin para o STF, a presidente Dilma iria falar ontem pessoalmente com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Ambos foram ao enterro ao senador Luiz Enrique e Dilma pretendia garantir que Renan não só não agiria contra a indicação como também ajudará na aprovação do nome do jurista. Outros senadores também foram convidados para fazer a viagem com a presidente.

Já o PSDB trocou os membros titulares que compõem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para garantir os votos contrários do partido na sabatina de Fachin. A decisão foi tomada após os senadores Aécio Neves (MG) e José Serra (SP), titulares da comissão, serem criticados por decidirem se ausentar da votação para viajar a Nova York e participar de uma homenagem ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os dois serão substituídos por Aloysio Nunes (SP) e Cássio Cunha Lima (PB). (Com Agências)

MILITÃO

O sucessor de Joaquim Barbosa — Escolhido pela presidente Dilma, será sabatinado hoje no Senado da República. O advogado Luiz Edson Fachin terá sua chance de elucidar várias acusações contra ele.

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Requião de novo

Agora, não é o Roberto Requião que assombra o governo Beto Richa, mas o irmão Maurício que teve sua investidura reconhecida como conselheiro do Tribunal de Contas pelo Tribunal de Justiça e que acabou perdendo a vaga: recorreu à instância superior e agora o Órgão Especial deve examinar essa demanda. Ocorre que o pleito já esteve na pauta anteriormente e foi dela retirado. O fato é que o julgamento, hoje ou amanhã, põe em risco a investidura de Ivan Bonilha, hoje seu presidente, e que também foi ratificado pelo TJ.

Tudo o que é conflitual é chocante para as nossas práticas, centradas na cordialidade, mas indispensáveis à causa republicana.

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco identifica nova vítima de estupro de vulnerável

O mesmo inquérito que apura exploração de garota 13 anos grávida envolve uma outra vítima da mesma idade e pede indiciamento de cinco acusados

Desde janeiro, Gaeco já concluiu 17 inquéritos e prendeu 14 pessoas

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) concluiu na última sexta-feira o 17º inquérito da operação que investiga o esquema de exploração sexual desmontado em Londrina em janeiro. De acordo com o delegado do Gaeco, Alan Flore, além da garota de 13 anos que está grávida, as investigações do mesmo inquérito identificaram outra vítima da mesma idade que também foi abusada no crime enquadrado como estupro de vulnerável (menor de 14 anos). O delegado não deu mais detalhes por conta do caso correr em segredo de justiça. A promotora Susana Lacerda comentou que possíveis novos inquéritos devem ser abertos. Cinco pessoas foram indiciadas. O ex-auditor da Receita Estadual Luiz Antonio de Souza e o empresário

Iris Moreira, que já estavam presos por serem investigados em outros inquéritos; o ex-vereador Zaqueu Berbel, o empresário Fabiano Rodrigues de Oliveira Filho – que permanece foragido - e Laisa Pereira da Silva, de 19 anos, presa há 12 dias. Os quatro homens foram acusados de estupro de vulnerável e Laisa por aliciamento de garotas mediante pagamento.

A prisão de Berbel, no fim do mês passado, desencadeou as outras ações do inquérito. Segundo as investigações, o ex-vereador manteve, sistematicamente, por mais de dois anos, relações sexuais com a primeira garota de 13 anos identificada. A partir de então foi levantada a participação de Luiz Antônio de Souza, preso desde 13 de janeiro ao ser flagrado com uma garota de 15 anos em um motel; Iris Moreira, dono de um conhecido motel da cidade, detido há mais de um mês; e



A promotora Susana Lacerda diz que novos inquéritos podem ser abertos

de Oliveira Filho, com mandado de prisão expedido pela 6ª Vara Criminal.

“Continuamos com as diligências para localizar o empresário foragido e cumprir o mandado de prisão, evitando assim colocar outras pessoas em perigo, uma vez que se trata de um crime de pedofilia”, declarou Flore. Desde 13 de janeiro, o Gaeco já concluiu 17 inquéritos, e atualmente está com outros três em andamento. Neste período, 14 pessoas foram presas por envolvimento com a prostituição de crianças e adolescentes e cerca de 50 vítimas foram identificadas. O delegado adiantou que outros procedimentos devem ser instaurados nos próximos dias.

CONTINUA

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A primeira audiência do caso, referente ao primeiro inquérito, marcada para a terça-feira passada, quando seriam ouvidos Luiz Antonio de Souza e Carla de Jesus, acusada de aliciar a própria irmã, foi adiada para o dia 20 deste mês. O adiamento foi provocado pela troca de advogado do ex-auditor. Durante a primeira audiência, a juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, deverá ouvir os argumentos do Ministério Público (MP) e da defesa dos acusados, além de depoimentos da vítima e dos próprios suspeitos.

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Júri do caso Vanda está marcado para hoje

É a segunda vez neste ano que Justiça tenta julgar a artista plástica

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Londrina – Adiado no início do ano por falta de testemunhas da defesa, o julgamento da artista plástica Vanda Pepiliasco está previsto novamente para acontecer hoje. Ela é acusada de ter matado a empregada doméstica Cleonice Fátima Rosa, há 22 anos, no apartamento da família. De acordo com a 1ª Vara Criminal, o júri popular deve ter início às 9 horas, no Fórum de Londrina.

Em março, quando o julgamento deveria ter ocorrido, o advogado de Vanda, Walter Bittar, alegou que testemunhas importantes do processo, entre elas o esposo da ré, não tinham sido intimadas oficialmente. O endereço da família, hoje residente em Cuiabá, no Mato Grosso, naquela época ainda não teria sido informado à Justiça.

Segundo o promotor de Justiça responsável pelo caso, Ronaldo Costa, Vanda não é obrigada a estar presente em seu próprio júri popular, desde que seu advogado faça sua defesa. A expectativa, no entanto, é que a ré compareça, já que em março o próprio Bittar teria se comprometido a trazê-la ao Fórum em maio. “O caso é de 1993, mas a prescrição ainda depende do tempo da pena”, pontua.

Costa relata que, apesar de um dos filhos da ré ter sido processado junto à Vara da Família por envolvimento no crime, apenas a mãe responde judicialmente pelo homicídio. “Quando foi oferecida a denúncia, Leonardo foi acusado de ter participado da morte. A promotoria pediu a investigação dele também, mas ele completou 21 anos antes de ter sido julgado, por isso o processo foi extinto”, observa o promotor.

Conforme o advogado de Vanda, a ré deve comparecer ao Fórum hoje independentemente de intimação. Ele reforça que, em março, o adiamento do júri não se deu pela ausência da cliente, mas pela falta de testemunhas convocadas. Para esta terça-feira, ele assinala que apenas duas questões poderiam levar a um novo adiamento do julgamento. “Uma delas seria uma decisão sobre o pedido de desaforamento que fizemos à Justiça, solicitando que ela seja julgada em outro fórum do Paraná. Em Londrina, há a possibilidade de julgamento parcial porque há uma celeuma em volta do caso”, pontua Bittar, ao completar que não se sabia ainda se as testemunhas iriam comparecer hoje ao julgamento.

O advogado salienta ainda que, mesmo com endereço em Cuiabá, a família de Vanda continua vindo a Londrina esporadicamente.

O processo se arrasta ao longo das décadas por conta de recursos impetrados pela defesa da ré. A sentença de pronúncia de Vanda, determinação do magistrado para que o caso seja julgado pelo Tribunal do Júri, foi anulada pelo menos três vezes ao longo de 22 anos.

Antes de Vanda ser apontada como a autora do assassinato, uma segunda empregada que trabalhava no apartamento da família foi acusada. Luzia Colombo havia encontrado Cleonice morta e teria sido torturada pela polícia para confessar o crime. Ela passou dois dias presa e depois desmentiu a primeira versão dos fatos. A doméstica entrou com ação contra o governo e foi indenizada anos mais tarde.

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça sequestra imóveis na Operação Papel

Equipe Bonde

O juízo da 11.ª Vara Criminal de Curitiba determinou o sequestro de bens dos acusados por sonegações ao Fisco Estadual identificados durante a segunda fase da Operação Papel. Entre os bens objeto de sequestro, foram localizados dez veículos, 34 máquinas de uso industrial (que eram utilizadas nas empresas abertas pelos denunciados) e mais de uma centena de imóveis situados em diversas regiões do País.

A maioria dos imóveis fica em Curitiba e região metropolitana, mas foram sequestrados bens em outras cidades do Paraná, como Londrina, Guaratuba, Matinhos, Guarapuava, Irati, Paranguá, Paiçandu e Clevelândia; em cidades de São Paulo, como na capital e em Praia Grande; em Santa Catarina, nos municípios de Itapoá, Balneário Camboriú, Blumenau, Mafra e Itaiópolis; na cidade do Rio de Janeiro; em Porto Alegre (RS); e em Cotriguaçu (MT).

O objetivo é ressarcir o rombo causado aos cofres públicos, que, segundo a Promotoria de Justiça de Proteção à Ordem Tributária, responsável pelas investigações, ultrapassa a soma de R\$ 115 milhões em impostos sonegados.

OPERAÇÃO PAPEL

A Promotoria de Justiça de Proteção à Ordem Tributária ofereceu à Justiça, no final do ano passado, 30 denúncias envolvendo 25 pessoas acusadas de sonegações ao Fisco Estadual. Elas foram denunciadas por crimes contra a ordem tributária, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, advocacia administrativa, lavagem de ativos e formação de quadrilha.

Nos autos, o MP-PR pediu a prisão preventiva de 15 pessoas, cujos mandados judiciais foram cumpridos na última quinta-feira (7 de maio) pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Curitiba.

12 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena 36 por fraude em importações em Cumbica

Fausto Macedo e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo – A 1ª Vara Federal em Guarulhos, na Grande São Paulo, condenou uma quadrilha acusada de importar mercadorias com fraude no pagamento dos impostos e taxas devidos. Entre os réus estão auditores fiscais da Receita Federal, empresários, despachantes aduaneiros e empregados de companhias aéreas, investigados pela Polícia Federal na chamada “Operação Trem Fantasma”, deflagrada em 2010. Ao todo, 36 pessoas foram condenadas e outras 13 acabaram absolvidas por falta de provas.

A sentença é do juiz federal Jorge Alberto de Araújo. As informações foram divulgadas ontem pelo Núcleo de Comunicação Social da Justiça Federal em São Paulo. A ação na Justiça Federal tem o número 0010251-82.2010.4.03.6119. De acordo com o Ministério Público Federal, integrantes da quadrilha no exterior providenciavam o embarque de equipamentos eletrônicos para o Brasil com documentos falsificados, que diziam se tratar de itens de baixo valor agregado. Quando ocorria o desembarque no terminal de cargas do aeroporto de Guarulhos, parte dos réus providenciava a troca da mercadoria que efetivamente havia chegado, por outra, de baixo valor, e que se enquadrava na descrição contida nas notas fiscais.

Para concretizar esse objetivo, os criminosos utilizavam-se de dois caminhões. Um deles entrava no terminal carregado com as mercadorias de baixo valor. O outro veículo, chamado de “fantasma” pela PF, entrava vazio e era carregado com os eletrônicos que, de fato, tinham sido importados. Este último saía sem fiscalização diretamente para os armazéns do grupo.

Nessa etapa do esquema, houve a participação de servidores públicos responsáveis pelo procedimento de trânsito aduaneiro, dos vigilantes que faziam o controle do acesso ao terminal de cargas do aeroporto e de despachantes aduaneiros. Além de formação de quadrilha, foram imputados aos réus os crimes de corrupção ativa, descaminho e facilitação de descaminho.

GAZETA DO POVO

CELSON NASCIMENTO

Vidal quer bengala

12 MAI 2015

No dia 25 de abril passado, o desembargador Edson Vidal festejou 70 anos — idade que automaticamente o remeteria à aposentadoria compulsória. Feito o aniversário, não haveria discussão: aposentado estaria, segundo mandava a lei então vigente. Entretanto, Vidal não esperou a data fatídica: no dia 13 requereu sua aposentadoria, 12 dias antes do aniversário. Com isso, de compulsória a aposentadoria virou voluntária.

O Tribunal de Justiça acatou o pedido, publicou o ato em Diário Oficial, retirou o nome de Vidal da lista de magistrados da ativa e comunicou o Ministério Público sobre a existência da vaga no chamado “quinto constitucional”, ocupada alternadamente por advogado indicado pela OAB e promotor de Justiça indicado pelo Ministério Público. Agora seria a vez do MP fazer a indicação. Cumprindo o ritual, o MP baixou edital no último dia 7 dando prazo de cinco dias para inscrição de interessados em figurar na lista sêxtupla de candidatos a ser encaminhada ao TJ.

Entendido até aí? Então agora vem o mais relevante: o desembargador Vidal informou nesta segunda (11) à coluna que ingressará nesta terça (12) com pedido de “reconsideração” da aposentadoria. Como se tratava de ato voluntário, teoricamente nada o impede de mudar de ideia, certo?

Mas por que Vidal iria “reconsiderar” seu desejo de se aposentar logo agora que já tinha tudo para aproveitar o merecido descanso? A primeira explicação é: ele se considera apto a se manter colaborando com a experiência acumulada em mais de 40 anos; e a segunda: em 24 de abril, um dia antes do aniversário dele, o Congresso aprovou a PEC da Bengala — emenda que estendeu a idade da compulsória para 75 anos.

Como o processo de aposentadoria não se consumou totalmente, pois ainda depende de referendo do Tribunal de Contas, legalmente Vidal não está aposentado. Portanto, em tese, pode continuar desembargador da ativa por mais cinco anos, como permite agora a Lei da Bengala. Um grande escritório de advocacia já teria sido contratado para cuidar do caso.

É hoje! 1

Acontece hoje a penúltima etapa para que o Paraná, após 120 anos, saiba se terá outra vez um representante no Supremo Tribunal Federal (STF). O último foi Ubaldino do Amaral, no final do século 19. O próximo poderá o jurista Edson Fachin, que será sabatinado às 10 horas de hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se aprovado nessa instância, seu nome ainda será submetido a uma votação secreta no plenário, ainda sem data marcada.

É hoje! 2

Defensor desde a primeira hora da nomeação de Fachin, o senador Alvaro Dias — relator do processo — talvez seja o único tucano a votar favoravelmente. O PSDB decidiu votar contra. Mas a favor estão os outros dois senadores do Paraná, Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB). A oposição, liderada principalmente pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, entende que a indicação de Fachin beneficiaria o PT e o governo, de quem diverge por achar que o PMDB vem sendo desprestigiado no atual mandato de Dilma.

12 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Manobras de última hora turbinam briga política sobre indicação de Fachin

Dilma se aproxima de Renan Calheiros para evitar derrota histórica. PSDB troca integrantes da CCJ para "encurrular" o paranaense

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

▮ Governo e oposição intensificaram nesta segunda-feira (11) uma série de manobras que vão transformar a indicação do paranaense Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal (STF) em uma das batalhas políticas mais complexas do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Em um momento delicado na relação com os peemedebistas, a petista apostou as fichas numa reaproximação de última hora com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Já os tucanos trocaram membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para marcar posição contra o jurista.

Fachin será sabatinado pela CCJ nesta terça (12), a partir das 10 horas, em uma sessão que deve se estender até a noite. A decisão final caberá ao plenário, em votação inicialmente prevista para esta quarta (13).

O professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que nasceu em Rondoninha (RS) e aos 2 anos mudou-se para Curitiba, tem sido atacado pela oposição e setores da imprensa, como a revista *Veja*, por ligações com o PT, pela atuação em defesa da reforma agrária e por interpretações jurídicas relacionadas ao conceito de família.

A indicação de Fachin por Dilma ocorreu no dia 14 de abril. Dias antes, Calheiros foi sondado pelo Planalto sobre a viabilidade da aprovação do paranaense e respondeu que a discussão em torno de um nome ligado ao PT seria "muito difícil". No dia da indicação, um vídeo em que o jurista aparece pedindo voto para Dilma, na campanha de 2010, "viralizou" nas redes sociais.

Em declarações posteriores, Calheiros manteve um tom neutro em relação a Fachin. O principal foco de descontentamento no PMDB passou a ser o senador Ricardo Ferraço (ES). Partiu do gabinete dele a denúncia de que Fachin teria exercido ilegalmente a advocacia após ter entrado, 1990, para a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. A seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) negou a irregularidade.

Nesta segunda, Dilma viajou junto com Calheiros para Joinville (SC), onde ocorreu o enterro do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), morto no domingo (10). Outros senadores de partidos aliados compuseram a comitiva. Na conversa, a presidente teria feito um apelo ao presidente do Senado para garantir apoio a Fachin e evitar uma derrota histórica — a única vez em que um indicado do presidente da República ao STF foi rejeitado pelo Senado há mais de um século, quando Floriano Peixoto não conseguiu a aprovação do médico Barata Ribeiro.

Do outro lado, o PSDB trocou Aécio Neves (MG) por Aloysio Nunes (SP) e José Serra (SP) por Cassio Cunha Lima (PB) na CCJ. Tanto Nunes quanto Lima são a garantia de que o partido vai manter uma posição dura contra Fachin na sabatina desta terça. A mudança também ameniza o fato de que o escolhido como relator da indicação foi o paranaense Alvaro Dias, que é favorável à aprovação do professor.

"Por meio de seus titulares na CCJ, o partido fará os questionamentos e buscará esclarecimentos para as denúncias que vêm sendo publicadas [contra Fachin], como sempre o fez", diz nota publicada nesta segunda pelo partido.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 MAI 2015

PASSO A PASSO

Como vai funcionar a sabatina de Luiz Edson Fachin no Senado

MARATONA



A sabatina da Comissão da Constituição e Justiça (CCJ) do Senado está marcada para as 10 horas. A expectativa é de que a sessão se estenda por até 10 horas consecutivas.

QUEM PARTICIPA



Todos os 81 senadores podem fazer perguntas para Fachin. Mas apenas os membros da CCJ podem votar.

VOTAÇÃO



A CCJ tem 27 titulares e um número igual de suplentes. Só os titulares votam, mas os que não comparecerem podem ser substituídos por suplentes. O escrutínio é secreto, por meio eletrônico.

RESULTADO



Fachin precisa de maioria simples na CCJ para ser aprovado, ou seja, dos votos de 50% mais um dos presentes na sessão. Pela importância da votação, é quase certo que haverá 27 votos, o que quer dizer que ele precisa de 14 para ser aprovado.

PARTIDOS

A distribuição das cadeiras da CCJ é feita por blocos partidários. O quadro de titulares dá uma ideia de como será a votação:

Como tende a votar

A favor Contra Indefinido

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PDT/PP)

PT



Jorge Viana (AC)



Gleisi Hoffmann (PR)



José Pimentel (CE)



Fátima Bezerra (RN)



Humberto Costa (PE)



Acir Gurgacz (RO)



Benedito de Lira (AL)



Ciro Nogueira (PI)

PDT

PP

BLOCO DA MAIORIA (PMDB/PSD)

PMDB



Eunício Oliveira (CE)



Edison Lobão (MA)



Ricardo Ferraço (ES)



Romero Jucá (RR)



Simone Tebet (MS)



Valdir Raupp (RO)



José Maranhão (PB)



Roberto Requião (PR)

BLOCO DA OPOSIÇÃO (PSDB/DEM)

BLOCO SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PCdoB, PPS, PSB E PSOL)

CONTINUA

DEM



José Agripino (RN)



Ronaldo Caiado (GO)

PSDB



Aloysio Nunes (SP)



Cássio C. Lima (PB)



Alvaro Dias (PR)

PSB



Antonio C. Valadares (SE)



Roberto Rocha (MA)



Randolfe Rodrigues (AP)

BLOCO UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR E PRB)

PSC



Eduardo Amorim (SE)

PRB



Marcelo Crivella (RJ)

PR



Magno Malta (ES)

Alvaro Dias (PSDB-PR) é segundo suplente do Bloco de Oposição, mas ocupa vaga de titular por ser relator da matéria. **Roberto Requião** (PMDB-PR) é o primeiro suplente do Bloco da Maioria, mas com certeza participará da votação devido ao falecimento de Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).



SEGUNDA CHANCE

Mesmo que seja reprovada pela CCJ, a indicação de Fachin precisa passar pelo plenário. A votação final em plenário está prevista para quarta-feira.

PLENÁRIO

A votação também é secreta, entre os 81 senadores. A aprovação depende de maioria absoluta, ou seja, de 41 votos (independentemente do quórum).



Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

DIVISÃO

Mesmo com uma rebelião peemedebista e de setores da base, dificilmente Fachin não atingiria os 41 votos. Veja como devem se posicionar os partidos

- A favor
- Dividido
- Contra



PMDB	17	●●●●●●●●●●●●●●●●
PT	13	●●●●●●●●●●●●●●
PSDB	13	●●●●●●●●●●●●●●
PSB	6	●●●●●●
PDT	6	●●●●●●
DEM	5	●●●●●
PP	5	●●●●●
PSD	4	●●●●
PR	4	●●●●
PTB	3	●●●
PCdoB	1	●
PPS	1	●
PRB	1	●
PSOL	1	●
PSC	1	●
Sem partido	1	●

POLEMICAS

Questões levantadas sobre a indicação de Fachin:

Procurador x Advogado

Teria exercido ilegalmente a advocacia depois de ter passado em concurso para procurador do estado do Paraná, em 1990.

Simpatia pelo PT

Vídeo de 2010 em que aparece pedindo votos para a então candidata à presidência Dilma Rousseff.

Ligações com o MST

Vem sendo citado como simpaticante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Conceito de família

Edson Luiz Fachin recebeu críticas por interpretações supostamente liberalizantes da Constituição em relação ao conceito de família.

54 DEPUTADOS

Integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Nos bastidores, especula-se que em torno de 16 senadores são contrários à indicação de Fachin. Caso todos eles votem na CCJ, isso representa um terço dos votos válidos na sabatina – 54 parlamentares integram a comissão, 27 titulares e 27 suplentes.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RENÉ ARIEL DOTTI

12 MAI 2015

Sabatina ou Inquisição?

OPINIÃO

René Ariel Dotti, jurista.

A resistência heroica do professor e advogado Edson Luiz Fachin contra juízos temerários alimentados pelo preconceito de ideias e intolerância de convicções tem sido enfrentada com paciência beneditina e o vigor dos grandes espíritos.

Tenho confiança na prudência e na capacidade de avaliação dos senadores da República que, certamente, não farão da sessão nobre de uma sabatina sobre a condição humana, social, política, intelectual e espiritual de um candidato a juiz, um simulacro de inquisição de Tribunal do Santo Ofício, com as mais variadas acusações para a excomunhão de apóstatas e hereges.

Felizmente, porém, não estamos mais no tempo das devassas produzidas pelos regimes autoritários religiosos, militares ou qualquer governo de força. No Brasil de hoje, a Constituição consagra liberdades públicas, direitos e garantias individuais, assegurando que "ninguém será privado de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política" (art. 5º, VIII, do Título II, dos direitos e garantias fundamentais).

A mesma Carta Magna traz no preâmbulo a afirmação de que os representantes do povo brasileiro reuniram-se "em

Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na ordem interna e internacional (...)".

Quais são as exigências constitucionais para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal? 1) A cidadania (brasileira); 2) A idade superior a 35 e inferior a 65 anos; 3) Notável saber jurídico; 4) Reputação ilibada. Faltam ao cidadão e mestre de Direito Edson Luiz Fachin algum ou alguns desses requisitos? Obviamente não!

A discussão pública sobre a candidatura limita-se, apenas, a questionar sobre o último pressuposto, uma vez que o saber jurídico é público e notório. A imensa documentação da comunidade jurídica nacional e internacional atesta-o soberanamente.

Faltaria a ele a reputação ilibada? O que significa "reputação ilibada"? Os dicionários conceituam a palavra "ilibada", como sinônimo de "não tocado; sem mancha; puro; que ficou livre de culpa ou de suspeita; reabilitado, justificado (Houaiss)."

A única objeção foi apresentada com base em parecer do analista Dr. João Trindade Cavalcanti Filho, solicitado por um ilustre senador do PMDB, afirmando ilegalidade na advocacia privada em conflito com o cargo de Procurador do Estado do Paraná. Contudo, tal objeção foi devidamente neutralizada pelo consultor

legislativo Fernando Trindade, à luz da Constituição Federal, da legislação específica sobre impedimentos e incompatibilidades para a advocacia (Lei nº 8.906/1994) e reiteradas decisões do Conselho Federal da OAB demonstrando, exaustivamente, que não há nenhum óbice para o reconhecimento da reputação ilibada do candidato Fachin. Vale transcrever parte da conclusão afirmando a inexistência de incompatibilidade "no período em que foi procurador do Estado do Paraná, pelas razões acima arroladas, em especial no item V, o nosso entendimento é o de que tal exercício encontra amparo no ordenamento jurídico do País, em especial na Constituição Federal, não se revestindo de ilegalidade".

Luiz Edson Fachin não é candidato ao cargo de Imperador para mudar a Constituição e o regime do nosso país como se o alto colegiado do Supremo Tribunal Federal pudesse ficar refém (!) de ações totalitárias que nunca foram praticadas ou defendidas pelo professor e advogado Fachin. Ele não deve e nem precisa ajoelhar-se em um auto de fé e de expiação perante o augusto Senado da República brasileira, que num tempo de liberdades públicas, direitos e garantias individuais não está a procura de hereges de doutrinas oficiais e não é parceiro da intolerância. Os rastilhos da intriga, distribuídos como material de combustão para acender uma grande e luminosa fogueira, irão desaparecer com a Verdade e a Justiça de quem se propõe a assumir a missão mais importante de sua vida.

GAZETA DO POVO

MÍRIAM LEITÃO

A dúvida Fachin

A justificativa do jurista Luiz Edson Fachin para acumular o cargo de procurador do Estado do Paraná com o trabalho de advogar causas privadas é muito ruim. Ele mostra que entrou em uma brecha e disse ter direito adquirido a fazer algo que obviamente não deveria ocorrer. Fachin explicou em vídeo que ele fez o concurso pouco tempo antes de a Constituição paranaense vedar o trabalho duplo.

O novo indicado para o Supremo, que hoje enfrenta a sabatina no Senado, pediu votos para a presidente Dilma. E isso não tem problema algum. Está no seu direito. É a favor da reforma agrária até em terras produtivas. E isso também não é problema, porque o Supremo é um colegiado e existem leis no país.

Não é o voto — que todo cidadão tem o direito de escolher e, se for o caso, divulgar publicamente — nem mesmo suas ideias que causam desconforto. O problema é o risco de aparelhamento do STF. É isso que assusta o país. Até porque essa não é uma decisão que se possa refazer a cada quatro anos. O país carrega por anos, e governos, a consequência de cada indicação.

Veja-se o caso do ministro Celso de Mello. Ele foi indicado pelo ex-presidente José Sarney e atravessou os governos Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma. Aproxima-se dos 70 anos com uma coleção formidável de elogios à sua atuação. Toda pessoa que o admira já discordou de voto seu. Mas o que se sente é que o jurista Celso de Mello sustenta seu voto em conhecimento sólido das leis e da jurisprudência. Infelizmente, não se tem, em relação a alguns dos indicados mais recentes, a mesma certeza de que eles buscarão na lei, e não na carteirinha partidária, a inspiração para as decisões que tomam.

É isso que pesa sobre Fachin. Depois das demonstrações de independência dadas por ministros como Ayres Britto e Joaquim Barbosa, indicados pelo ex-presidente Lula, os critérios começaram a mudar. Por isso é natural que o país queira que os senadores tenham os cuidados necessários na sabatina e na votação. O Senado não existe para ratifi-

12 MAI 2015

car nomes. Ao longo da história dos Estados Unidos, 12 nomes foram recusados, e não entra na conta a advogada do então presidente George Bush II, Harriet Myers. Ele retirou o nome dela diante das resistências.

Há casos de ministros escolhidos que, em determinada situação, se declaram impedidos. Foi o que fez Marco Aurélio Mello no julgamento que envolveu o ex-presidente Fernando Collor, que o indicou e de quem é parente. Não tivemos o mesmo conforto com Dias Toffoli. Mesmo tendo sido advogado do PT, ele não se declarou impedido na votação do mensalão.

Fachin gravou vídeo, no último fim de semana, para a sua campanha em mídia social em que fez sua defesa no caso do duplo trabalho no Paraná. Recorreu aos termos do edital do concurso que fez para justificar não cumprir a Constituição do Estado. O edital do concurso foi anterior à Constituição, mas ele assumiu após estar em vigor a proibição de que um procurador do Estado também atue na banca privada. Parece cristalino que um edital não se sobrepõe à lei maior do Estado e que essa acumulação é inconveniente. Fachin acha que tem direito adquirido de acumular as tarefas em tudo contraditórias.

CONTINUA

12 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O único problema da declaração de voto de Fachin em Dilma é que no conteúdo do manifesto ele mostrou ter certa dissonância cognitiva. Segundo disse: “o governo que queremos é o governo que preservou as instituições democráticas e jamais transigiu com o autoritarismo (...) Nestes últimos anos a liberdade de expressão fluiu no país, não houve um ato do governo que limitou esse direito.” O que ele tentou dizer? Que nos governos anteriores, como o de Fernando Henrique Cardoso, para citar um, não houve liberdade de expressão, respeito às instituições democráticas e intransigência com o autoritarismo?

O jurista elogia o governo petista por não ter escolhido para a Procuradoria da República alguém do seu “convívio e conveniência”. Seria bom se o governo seguisse essa mesma regra ao indicar os ministros do STF, porque eles permanecerão no cargo por muitos governos.

“O novo indicado para o Supremo, Luiz Edson Fachin, que hoje enfrenta a sabatina no Senado, pediu votos para a presidente Dilma. E isso não tem problema algum. Está no seu direito (...) O problema é o risco de aparelhamento do STF. É isso que assusta o país. Até porque essa não é uma decisão que se possa refazer a cada quatro anos.”

Os pontos-chave

- Fachin usou uma brecha na legislação para acumular os cargos de procurador e advogado no Paraná.
- Pedir votos para a presidente Dilma não é o problema. Mas o risco de aparelhamento do STF.
- Jurista elogia governo por não escolher procuradores por “conveniência”. Seria bom ser assim com o STF.

GAZETA DO POVO

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA

12 MAI 2015

Direito das amantes?

Tem sido assustador como determinados veículos de comunicação têm distorcido e faltado com a verdade para tentar vetar a indicação ao STF do jurista Luiz Edson Fachin. Como se não bastassem as informações falsas e caluniosas a seu respeito, querem desmerecer o seu reconhecido profissionalismo e a instituição que ele foi um dos fundadores, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Um dos exemplos mais absurdos, pra não dizer ridículo, é que ele apregoa a poligamia. E por aí vão os disparates. Acusaram-no até de comunista. Só faltou falar que comunista come cérebro de criança, como se dizia na década de 1960. Daqui a pouco vão querer outros retrocessos sociais como proibir o divórcio no Brasil e dizer que as famílias constituídas por união estável são ilegítimas, e que se pode anular o casamento se a mulher não for virgem.

A leitura maldosamente distorcida de um dos melhores juristas do mundo só pode ser de quem não gosta do Brasil, não quer um STF imparcial, esconde outros interesses, e desconhece os avanços mínimos dos direitos humanos, evoluído à custa de muito sofrimento. Estas manifestações baratas e caluniosas são verdadeiros sofismas, isto é, partem de uma premissa falsa formulada com o propósito de enganar e induzir alguém a erro. Aristóteles define a sofística como a sabedoria aparente, mas não real, ou seja, a habilidade de aduzir argumentos capciosos ou enganosos. Por exemplo, ao dizerem que ele é favorável à pensão para amantes. O projeto de lei elaborado pelo IBDFAM (PL 470/2013, da senadora Lídice da Mata), diz em seu artigo 14: "As pessoas integrantes da entidade familiar têm o dever recíproco de assistência, amparo material e moral, sendo obrigadas a concorrer, na proporção de suas condições financeiras e econômicas, para a manutenção da família. Parágrafo único. A pessoa casada, ou que viva em união estável, e que constitua relacionamento paralelo com outra pes-

soa, é responsável pelos mesmos deveres referidos neste artigo, e se for o caso, por danos materiais e morais". Onde está escrito amante? Ora, amante não tem direito a nada, a não ser o prazer de dar e receber amor.

Do ponto de vista jurídico, ninguém em sã consciência defende uma asneira dessa. O que se defende é que se alguém constituiu uma família paralela à outra, terá de se responsabilizar por isso. A legislação da forma que está hoje é que incentiva tais relações e premia quem tem amante, já que se pode tê-las à vontade e nenhuma responsabilidade decorre das infidelidades. O tão combatido artigo 14 do Estatuto das Famílias vem exatamente fazer o contrário do que os moralistas de plantão estão apregoando. É preciso retirar o véu da hipocrisia e atribuir responsabilidades aos sujeitos pelas suas escolhas.

Dentre as várias outras falácias para denegrir a imagem do jurista reconhecido pela comunidade internacional e do IBDFAM, é que somos contra as famílias e o casamento. Isso não seria possível. A família é a base da sociedade (art. 226 da Constituição) e não há como destruí-la. Sem família não há sujeito, nem Estado. O próprio Fachin é casado com a mesma mulher no civil e religioso há quatro décadas, e cumpre o mais tradicional papel, com filhos e netos. O IBDFAM é também um espaço para democracia onde se reúnem os mais diversos pensamentos para o Direito de Família. O que se deseja nesta instituição é assegurar que as pessoas possam escolher livremente as formas de constituir família, o respeito às crenças religiosas sem querer impô-las a outrem como verdade absoluta. Ou seja, a defesa de um Estado laico que respeite todas as convicções religiosas e a autonomia privada.

CONTINUA

12 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Na evolução do pensamento jurídico, como em qualquer outro campo do conhecimento, é natural que as pessoas se identifiquem mais com este ou aquele raciocínio. Sempre foi assim e sempre será. Mas neste embate perverso e sofisticado para eliminar um candidato à vaga do STF alguns veículos de comunicação ultrapassaram todos os limites. Certamente sabem das distorções produzidas. Mas cá dentro do universo do Direito de Família e do mundo jurídico em geral, as facções se dividem em um Direito com alma e Direito sem alma. Por que incomoda tanto que Fachin e o IBDFAM defendam um Direito Constitucional com alma e que respeite os direitos humanos?

Rodrigo da Cunha Pereira, advogado e doutor em Direito Civil, é presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

12 MAI 2015

GAZETA DO POVO

ESCLARECIMENTO Taxa contestada pela Fiep não é dos cartórios

A **Gazeta do Povo** publicou na segunda-feira (11) que a Fiep entrou com ação judicial contra lei que extinguiu no Paraná o teto das custas de registro de imóveis. A reportagem esclarece que a lei em questão trata do teto da taxa cobrada pelo Tribunal de Justiça, e não da taxa cobrada pelos cartórios – que, apesar de serem cobradas juntas, são destinadas a fins diferentes. Quando um imóvel é registrado, há a cobrança de custas cartoriais, recursos que ficam para os cartórios; e a taxa de registro, que é destinada integralmente ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) – ou seja, não fica com os cartórios. As duas são cobradas juntas, o que causa a confusão. As custas cartoriais são cobradas de forma escalonada e tem um "teto" de R\$ 830. A taxa judicial, contestada pela Fiep, é uma porcentagem do valor do imóvel: 0,2%. Antes, o teto era de R\$ 1.831,20.

12 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Motorista suspeito de atropelar e matar duas pessoas é solto

Raphael Marchiori

O motorista suspeito de atropelar e matar duas pessoas em um canteiro da BR-277, no Uberaba, em Curitiba, pagou fiança de 10 salários mínimos e ficou livre horas após se apresentar à polícia. O atropelamento ocorreu na manhã de domingo (10). A polícia o indiciou por homicídio culposo (quando não há intenção de matar), omissão de socorro e embriaguez ao volante.

O motorista se recusou a passar pelo bafômetro, mas apresentou indícios de consumo de álcool mesmo tendo fugido do local do acidente. Ele responde a quatro processos de suspensão e uma cassação do direito de dirigir.

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma tenta vencer oposição do Senado a indicado ao STF

Presidente aciona ministros para garantir voto
de aliados em Luiz Edson Fachin

**Advogado que ganhou
prestígio patrocinando
causas progressistas
será sabatinado nesta
terça pelos senadores**

Para tentar evitar uma derrota no Senado da indicação de Luiz Edson Fachin ao STF (Supremo Tribunal Federal), a presidente Dilma Rousseff pediu que ministros buscassem convencer senadores a aprovar o nome do advogado e chamou para uma conversa o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O gesto mais simbólico de Dilma foi convidar Renan para acompanhá-la nesta segunda (11) na viagem ao velório do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em Santa Catarina. A presidente quer reduzir a resistência de Renan a Fachin e quis mostrar disposição ao diálogo.

Renan já deixou claro nos bastidores que não fará nada para ajudar o governo a aprovar o nome de Fachin. O presidente do Senado está irritado com o Planalto desde que seu nome foi incluído entre os políticos investigados pela Operação Lava Jato, por suspeita de envolvimento com a corrupção na Petrobras.

Em conversas reservadas, o senador não esconde que gostaria de ver a rejeição do advogado indicado por Dilma, mas admite que não po-

de fazer campanha aberta contra Fachin por causa do risco que correria se ele fosse aprovado e o novo ministro se transformasse em adversário.

Dilma também convocou seus ministros que vieram do Senado ou que têm ligações com políticos para que trabalhem a favor de Fachin, hoje considerada difícil por causa da ligação do advogado com causas progressistas como a reforma agrária, num momento que prevalece no Congresso uma agenda conservadora.

Na avaliação do Planalto, o futuro do advogado vai depender de seu desempenho na sabatina marcada para esta terça (12) em comissão do Senado. Segundo assessores, se ele der respostas a todos os questionamentos, vai abrir caminho para sua aprovação.

Caso contrário, avaliam assessores palacianos, a situação de Fachin ficará muito mais difícil. Primeiro, ele precisa ser sabatinado e aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Depois, seu nome será analisado no plenário, o que pode ocorrer nesta terça ou na quarta (13). Ambas as votações são secretas.

Renan terá papel essencial na votação no plenário da Casa, porque o indicado precisa obter pelo menos 41 votos favoráveis a seu nome. Se Renan marcar a votação em um dia de plenário esvaziado, por exemplo, há riscos de Fachin não alcançar o quorum mínimo para ser aprovado.

Aliados do peemedebista afirmam que a preocupação de Fachin deve estar justamente na votação do plenário, onde o Planalto terá dificuldades para mapear individualmente eventuais defecções na base governista.

Na CCJ, o advogado precisa da maioria dos votos. Aliados de Fachin apostam na aprovação, já que o universo de 27 membros permite ao governo identificar — mesmo numa votação secreta — aqueles que votarem contra.

DESGASTE

A oposição promete questionamentos duros para desgastar a imagem do advogado. DEM e PSDB vão cobrar detalhes sobre sua ligação com movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o vídeo em que defende a candidatura de Dilma em 2010 e o exercício da advocacia privada no período em que foi procurador do Paraná.

Apesar de o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ser o relator da indicação e um dos principais aliados do advogado, ele não tem o apoio dos principais líderes do partido.

Com cinco titulares na CCJ, o PT fechou questão em favor de Fachin. No PMDB, maior bancada do Senado, os senadores estão divididos em relação à indicação — cenário que se repete em outras siglas aliadas do governo federal.

CONTINUA

QUESTÕES PARA FACHIN

Advogado indicado por Dilma para vaga no STF virou alvo de acusações e controvérsias

O advogado Luiz Edson Fachin em vídeo divulgado por seus apoiadores



#FachinSim

12 MAI 2015

CONTINUAÇÃO

O advogado dedicou os últimos dias a se preparar para a sabatina. Em Brasília desde a semana passada, Fachin visitou mais de 70 senadores e distribuiu a todos cópias impressas do seu currículo.

Católico, o advogado foi no domingo a uma igreja da capital rezar antes da sabatina. Depois, se fechou no hotel onde está hospedado e se dedicou a horas de leitura para responder aos questionamentos dos senadores na sabatina desta terça. (MARINA DIAS, GABRIELA GUERREIRO E VALDO CRUZ)

Ele é contra a propriedade privada?

Um dos autores de um plano de reforma agrária apresentado no início do governo Sarney, Fachin apoiou em 2008 um manifesto pró-MST que considerou legítimas as invasões de terra, descritas como "reivindicatórias"

O que ele diz
"A propriedade, tal como está na Constituição, é um direito fundamental e como tal nós devemos seguramente obediência a esse comando constitucional. Porque a Constituição é o nosso contrato social"

Ele é contra a monogamia e a favor da poligamia?

Fachin defende a extensão do direito à pensão alimentícia às amantes e a equiparação de direitos de padrastos e madrastas aos de pais e mães, entre outras inovações. Críticos acham que isso equivale ao fim da monogamia

O que ele diz
"Não significa que vamos proteger a amante [...], significa na verdade ter os olhos abertos para uma compreensão de que o direito não deve lavar as mãos inclusive de sancionar essas condutas [polígamas]"

Ele exerceu ilegalmente a advocacia no período em que foi procurador no Paraná?

Fachin assumiu o cargo em 1990 sem se afastar do escritório de advocacia. A Constituição estadual proibia o acúmulo, mas uma emenda abriu exceção para casos como o dele

O que ele diz
"Meu decreto de nomeação [para o cargo de procurador], que é um decreto do governador do Estado, reconheceu que eu podia advogar; a OAB reconheceu que eu podia advogar"

CONTINUA

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O QUE ELES QUEREM SABER

Personalidades da área jurídica sugerem perguntas para sabatina de indicado ao STF

Gustavo Epifanio/Folhapress



OSCAR VILHENA
diretor da escola de direito da Fundação Getúlio Vargas

1 O ministro Ricardo Lewandowski apoia a restrição dos poderes de correição do CNJ em relação à fiscalização de tribunais superiores. Qual é a sua opinião sobre isso?

2 O senhor será um juiz mais flexível nos critérios interpretativos ou um juiz mais deferente às decisões do Congresso?

Divulgação



DIEGO WERNECK ARGUELHES
pesquisador e professor da FGV Direito Rio

1 É importante e republicano entender como se deu o percurso político da indicação. Com quem o sr. conversou para chegar até aqui?

2 Como o senhor teria votado na questão da proibição do financiamento eleitoral?

COMO É A SABATINA

Votações são secretas

Na CCJ

Fachin precisa ser aprovado pela maioria dos senadores presentes à comissão

No plenário

Após a aprovação pela CCJ, Fachin precisará ser aprovado por ao menos 41 dos 81 senadores

ONDE ASSISTIR

Terça às 10h na TV Senado
www.senado.gov.br/tv



Acompanhe em
Folha.com

CONTINUA

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Professor e católico, advogado persegue nomeação há anos

Elogiado pela cultura jurídica, Luiz Fachin sempre sofreu resistências por suas opiniões progressistas

Ele postou vídeos na internet explicando suas posições, material criado por profissional que atuou para Dilma

DE SÃO PAULO

Em 2010, quando o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Eros Grau se despedia da corte, um jornal paranaense noticiou que era “pelo menos a quinta vez” que advogado Luiz Edson Fachin aparecia como “fortemente cotado” para a vaga.

Mas a cultura jurídica reconhecida do professor de Direito Civil esbarrava em resistências por sua atuação na áreas de direitos humanos e questões agrárias, onde coleciona posições progressistas.

A alegada proximidade com grupos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) atrapalha-

va. Em 2008, ele assinou uma “Carta de Repúdio à política oficial” do Ministério Público gaúcho, na época acusado de tentar “criminalizar” a entidade com ações em série.

A assessoria de Fachin diz que ele não trabalhou para o MST nem tem amizade com o líder João Pedro Stédile.

Personalidades da academia e do Judiciário o elogiam. Associações soltaram notas de apoio. E até ministros do STF deram declarações favoráveis. “Do ponto de vista da qualidade técnica, não se pode falar nada contra ele”, diz Sérgio Renault, ex-secretário de Reforma do Judiciário.

“Ele é muito técnico [...] Falar que é um quadro do PT e da CUT é má-fé”, diz o cientista político Rudá Ricci.

Fachin nasceu em 1958 em Águas de Rondinha (RS), filho único de uma professora e de um pequeno agricultor.

Aos 17, mudou-se para Curitiba. Em 2006, criou seu es-

critório, com a filha como sócia. Em 2014, a banca associou-se à Girardi Sociedade de Advogados. Hoje, atuam em demandas arbitrais, mediação, questões cíveis, comerciais e ambientais.

Católico, Fachin foi árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP e é membro de diversas câmaras arbitrais no exterior.

Contra o que seus apoiadores chamam de “campanha difamatória”, ele colocou vídeos na internet explicando suas posições. As páginas foram criadas pelo diretor de arte da empresa Pepper, Renato Rojas, que presta serviços para o PT e para a campanha da presidente Dilma Rousseff em 2014, mostrou o jornalista Claudio Tognolli em seu blog. (FREDERICO VASCONCELOS, BELA MEGALE E DANIELA LIMA)

CANDIDATOS REJEITADOS

5 candidatos

ao STF já tiveram a indicação rejeitada pelo Senado, todos no governo Floriano Peixoto (1891-1894)

REJEITADO

O caso mais famoso foi o do ex-prefeito do Rio Cândido Barata Ribeiro; ele chegou a atuar como ministro do STF por 11 meses antes de ter a indicação rejeitada

165 ministros

já passaram pelo Supremo Tribunal Federal desde o início do período republicano, em 1889

12 indicados

à Suprema Corte dos EUA, o equivalente ao STF no Brasil, já foram rejeitados; o último foi em 1987, no governo de Ronald Reagan

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

12 MAI 2015

Curva perigosa

Criado um ambiente hostil a Luiz Edson Fachin, o grupo de Renan Calheiros (PMDB-AL) aguarda um deslize do jurista na sabatina desta terça-feira no Senado para justificar uma eventual rejeição de seu nome na votação secreta em plenário. Os senadores argumentam que, se o indicado por Dilma Rousseff para o Supremo “desarmar” os ataques de seus inquiridores, não haverá justificativa forte o suficiente para barrá-lo. Por isso, a sabatina deve ser um campo minado para constrangê-lo.

Canhão Interlocutores do governo ponderam que não há fatos relevantes que possam levar à rejeição de Fachin, mas admitem que um desempenho claudicante pode prejudicar o candidato.

Ciranda Um aliado de Dilma provoca: “Você acha que, se o Senado rejeitar o Fachin, ela vai consultar Renan antes de indicar o seguinte? Nada disso. Nem que haja uma sequência infinita de rejeições”.

Sem pressa? No avião presidencial com Dilma, ministros e senadores, Renan não quis se comprometer com uma data para a votação do nome de Fachin no plenário. Disse que o dia seria escolhido após discussão com líderes partidários.

Frequência Sem apresentar restrições ao jurista, o presidente do Senado lembrou que esteve quatro vezes com o indicado de Dilma ao Supremo nas últimas semanas.

Plateia Observadores apontam que a estratégia de Fachin de se defender nas redes sociais confirma a tese de que sua indicação é um aceno do governo às bases do PT. A campanha pública teria impacto entre eleitores, mas não entre os senadores.

No ninho Beto Richa (PSDB) vai acompanhar Fachin pessoalmente na sabatina. O governador voltou a procurar tucanos para convencê-los a apoiar o indicado.

Cabo eleitoral Além de ter apoiado Dilma em 2010, Fachin gravou no ano passado um vídeo para Diogo Busse, candidato a deputado estadual no Paraná pelo PPS —que não se elegeu. Busse foi aluno de Fachin na UFPR.

Acostamento Até Ricardo Lewandowski entrou na campanha pró-Fachin. Na última semana, no Congresso, disse que a rejeição desgastaria todo o STF e atrasaria ainda mais ações paradas desde a saída de Joaquim Barbosa.

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Violência pode piorar se idade penal cair, diz ONU

Nações Unidas criticam proposta que reduz maioria no Brasil para 16 anos

Relator do projeto na Câmara afirma que debate ainda está sendo feito e que não há por que se 'alvorçar'

PEDRO IVO TOMÉ
SIDNEY GONÇALVES DO CARMO
DE SÃO PAULO

A ONU (Organização das Nações Unidas) afirmou nesta segunda (11) que é contra a redução da maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos e que está "preocupada" com a tramitação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que prevê a alteração da lei.

Em nota, a organização diz que "se as infrações cometidas por adolescentes e jovens forem tratadas exclusivamente como uma questão de segurança pública e não como um indicador de restrição de acesso a direitos fundamentais, a cidadania e a Justiça, o problema da violência no Brasil poderá ser agravado".

A possibilidade da alteração da Constituição foi aprovada em março pela CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara.

Agora, o projeto está sendo discutido por uma comissão especial da Casa, que deve vo-

tar um relatório sobre o tema até o final de junho. Se ele for liberado, a proposta será votada na Câmara. Se aprovada, segue para o Senado.

O documento da ONU diz que, dos 21 milhões de adolescentes que vivem no país, 0,013% cometeu atos contra a vida. "Os adolescentes são muito mais vítimas do que autores de violência", afirma.

O deputado André Moura (PSC), presidente do grupo que analisa a PEC na Câmara, é favorável à redução para crimes hediondos (latrocínio e estupro, por exemplo) e contestou a comparação da ONU.

Ele diz que a população carcerária adulta no país, hoje em cerca de 700 mil, também representa pouco se comparado aos cerca de 200 milhões de brasileiros, de acordo com o IBGE.

O deputado Laerte Bessa (PSC), ex-delegado e relator da comissão especial, diz não haver razão para alvoroço.

"Vou decidir juntamente com a comissão e baseado nos depoimentos que ali acontecerem. Estamos debatendo, a ONU não precisa ficar se alvoroçando, pois temos muito trabalho pela frente", afirma.

Ele também se diz favorá-

vel à mudança apenas para os casos de crimes hediondos, e discorda da posição da ONU.

"O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] não está funcionando. Sobre a diminuição da violência [devido à medida], de uma forma ou de outra, vai ajudar a diminuí-la. Essa é a minha primeira impressão", diz o deputado.

Levantamento publicado pela Câmara em abril mostra que, dos 27 deputados da Casa que participam da comissão especial, 21 (78%) defendem a redução da idade.

Entre os que concordam com a mudança, 14 a defendem só para os crimes hediondos e 7, para todos os casos.

CONTINUA

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ARGUMENTOS DA DISCUSSÃO

Veja o que especialistas dizem sobre a alteração

CONTRA

A FAVOR



POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DA CONSTITUIÇÃO

Artigo que define maioridade aos 18 anos é cláusula pétrea, isto é, não pode ser mudado

Artigo pode ser mudado, pois definição da maioridade é tema de política criminal e não deveria estar na Constituição



18 ANOS COMO MARCO DA MAIORIDADE PENAL

Jovens de 16 a 18 anos não tem formação completa nem maturidade para saber claramente o que fazer

É desigual um jovem de 16 anos poder votar, mas não poder ser criminalizado penalmente



SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Prisões já lotadas piorariam com presença de jovens, que seriam alvos de facções criminosas

Com a mudança, poderiam ser construídos alas ou presídios específicos para jovens de 16 a 18 anos



CONTEXTO INTERNACIONAL

Para Unicef, órgão da ONU, redução é afronta à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança

Convenção limita-se a vedar penas perpétuas e cruéis, mas não impede mudança da maioridade

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Há quem acredite em “juiz neutro” por falta de conhecimento, mas há os que pregam a “neutralidade” como equivalente da “imparcialidade” com o propósito de tentar desqualificar o trabalho do Judiciário, que não se acovardou ante esquemas criminosos nem vê o crime com normalidade e com a condescendência com a qual se habituou concebê-los no Brasil. Na segunda categoria, estão muitos dos advogados que atuam na Lava Jato, conforme retratado por Arnaldo Malleiros Filho (“Meu reino por um juiz”, *Tendências/Debates*, 11/5). Estivessem seus clientes soltos e aproveitando-se dos valores adquiridos de maneira ilícita, estariam elogiando o Judiciário.

JARBAS LUIZ DOS SANTOS, juiz e professor universitário (São Paulo, SP)

Quanta ingratidão dos advogados da Lava Jato ao suspenderem o patrocínio do simpósio jurídico (“Advogados retiram apoio de seminário com juiz da Lava Jato”, *“Poder”*, 10/5). Se não fosse o juiz Sergio Moro, seus bolsos não estariam recheados com milhões de reais dos trabalhadores brasileiros. Ainda de quebra, estão tendo uma aula de direito criminal com o juiz Moro.

BRUNO VICTÓRIO PERINI DALDI (Assis, SP)

Discordo da colega de carreira (“Bengala, casuísmos e pequenez”, *folha.com/no1627136*, 10/5). A PEC da Bengala é anterior a Eduardo Cunha. Por causa do implemento da idade, temos perdido homens públicos de grande envergadura, que migram para a iniciativa privada, pois têm plenas condições de continuar trabalhando. De outro lado, o que mais impede hoje a aposentadoria por tempo de serviço e, portanto, tem emperrado a carreira não é a fixação de uma idade, e sim a quebra da paridade entre ativos e inativos. Essa é que deveria ser a preocupação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

GRAZIELA COLARES (Belém, PA)

O Congresso precisa urgentemente iniciar um sério debate sobre as necessárias mudanças no modelo de escolha dos ministros do STF. Hoje a suprema corte é composta de 11 pessoas escolhidas por critérios políticos e excessivamente abertos e subjetivos (reputação ilibada e notável saber jurídico). Isso está, aos poucos, transformando a suprema corte em um órgão público suspenso de parcialidade. O zelo pela imparcialidade é a maior virtude de todos os envolvidos na atividade jurisdicional.

AMELETO MASINI NETO,
professor de direito penal (São Paulo, SP)

12 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PAPEL E LÁPIS

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal) está enviando ofício a diversos órgãos para que investiguem depósitos de R\$ 22,9 milhões feitos pela campanha de Dilma Rousseff à gráfica VTPB Ltda em 2014.

PORTA DE ENTRADA

A empresa fica num endereço desativado. Mendes, que foi relator das contas de Dilma no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), notificou a Procuradoria-Geral Eleitoral, o Coaf, órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda, e a Receita Federal.

12 MAI 2015

BEMPARANÁ

Todos juntos por Luiz Fachin

Dilma, Richa, Traiano e Dias defendem nomeação de jurista para vaga no STF. Sabatina é hoje

Luciana Pombo
e agências

Na véspera da sabatina do advogado Luiz Edson Fachin na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a presidente Dilma Rousseff convidou o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para acompanhá-la no voo da Força Aérea Brasileira (FAB) rumo a Joinville (SC), onde era velado o senador Luiz Henrique da Silveira — morto no último domingo, aos 75 anos.

Além de Calheiros, a presidente também convidou os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Delcídio Amaral (PT-MS) para acompanhá-la na cabine presidencial do avião Gleisi, Rodrigues e Raupp integram a CCJ. De acordo com um auxiliar de Dilma, o gesto foi uma forma de se reaproximar dos senadores, às vésperas de o nome de Fachin ser apreciado pelo Senado. O governo teme a rejeição do nome dele.

Quase ao mesmo tempo, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), e o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB), estiveram ontem em Brasília para pedir apoio aos senadores da República para aprovação do nome do magistrado e professor Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de ser unanimidade entre os políticos paranaenses e ter o aval da presidente Dilma Rousseff (PT), Fachin ainda não teve o nome confirmado. Na semana retrasada, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou um relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) defendendo a aprovação do nome do jurista. No entanto, foi pedida vista coletiva à matéria e a sabatina na CCJ foi remarcada para hoje.

A grande dúvida levantada pelos senadores é se Fachin poderia ter atuado na iniciativa privada após ter tomado posse como procurador do estado do Paraná. No entanto, Dias argumentou que Fachin tomou posse meses antes da entrada em vigor da Constituição Estadual de 1989 — não estando sujeito à proibição de advogar. Fachin é gaúcho, mas vive no Paraná desde criança. Ele é casado, tem duas filhas e dois netos. É formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), fez mestrado e doutorado na PUC-SP.

INTERNET

Defesa própria

O próprio advogado Luiz Edson Fachin tem se mobilizado nas redes sociais na internet para rebater acusações e diminuir a rejeição ao próprio nome. Em vídeos postados no YouTube, Fachin nega ter posições contrárias à família e afirma que "é evidente que no Direito brasileiro não há lugar para o reconhecimento da poligamia". O chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Edinho Silva, disse confiar no "bom senso do Senado" na apreciação do nome indicado por Dilma para assumir uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal (STF). "O governo tem confiança no Senado e no bom senso do Senado e tem confiança no currículo de um jurista", disse Edinho Silva.

Dias lembra união de adversários

"Trata-se de um cidadão de sólidas convicções democráticas e humanistas e sua biografia revela uma vida associada aos sonhos de sua geração, que sempre lutou por um Brasil democrático e justo", defendeu o senador Alvaro Dias (PSDB), no seu relatório. Ele lembrou que Fachin teve o apoio unânime da bancada paranaense no Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa. "Abro aqui um parêntese para destacar que o mundo político do Paraná apresenta apoio unânime. Os 54 deputados estaduais de todos os partidos, os 30 deputados federais de todos os partidos, a Câmara de Vereadores de Curitiba com seus 38 integrantes e três senadores. Adversários da política se uniram para um apoio unânime a Luiz Edson Fachin, indicado para a vaga no Supremo" enfatizou Dias.

Atualmente, Fachin é professor titular da Faculdade de Direito da UFPR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). É autor de vários livros como Direito Civil: sentidos, transformações e fim; Teoria Crítica do Direito Civil; e Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo. Escreveu mais de 200 artigos jurídicos publicados em revistas especializadas.

12 MAI 2015

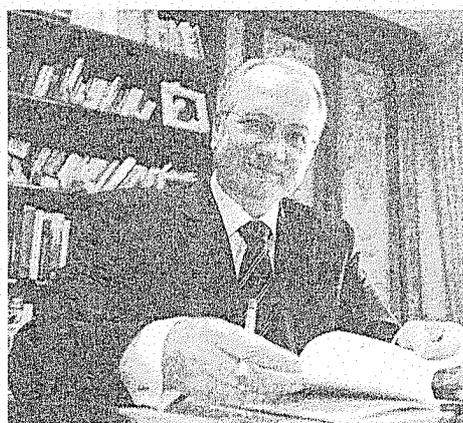
JORNAL DO ÔNIBUS

Ministro diz que confia na aprovação de Fachin

Após participar da reunião da coordenação política do governo, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, afirmou nesta segunda-feira (11) que o governo confia no "bom senso" do Senado para aprovar a indicação pela presidente Dilma Rousseff do jurista Luiz Edson

Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Fachin será submetido a sabatina pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado nesta terça-feira (12). Se tiver o nome for aprovado pelo grupo, ele assumirá a vaga deixada pelo ex-ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou no ano passado. ●



Fachin será sabatinado hoje no Senado

TRIBUNA DO PARANÁ

PARANÁ NO STF

Preocupada com uma derrota do governo na aprovação do nome do jurista paranaense Luiz Fachin (foto) pro Supremo Tribunal Federal (STF), a presidente Dilma Rousseff chamou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pra viajar a Santa Catarina e discutir a indicação. Dilma e Renan viajaram juntos no avião presidencial a

Joinville ontem, onde participaram do velório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), morto no domingo. Fachin será submetido hoje a sabatina no Senado. Caso seja aprovado, assumirá a vaga deixada por Joaquim Barbosa, que se aposentou no ano passado.

12 MAI 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Quando a Justiça anda rápida

A Operação Lava Jato, entre outras lições, deixa claro para todos que a Justiça brasileira pode ser muito mais ágil do que se costuma ver. O fato das acusações serem de grande interesse da mídia, as etapas foram muito mais rápidas do que nos processos comum. A cada semana, novos acusados são indiciados, ouvidos e presos.

Algumas informações que já no mês de junho o juiz Sérgio Moro, que virou figura de destaque no País, vai anunciar as primeiras sentenças. É claro que toda a população quer que os fatos sejam esclarecidos, os corruptos punidos e o dinheiro devolvido aos cofres públicos, mas fica a sensação de que a agilidade depende do interesse da mídia.

O que os brasileiros querem é que a Justiça seja igual para todos os casos, que caminhe com a mesma velocidade que foi vista no caso da Operação Lava Jato. ●